



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Veneziano Vital do Rêgo

EMENDA Nº - CI
(ao PL 327/2021)

Art. 18-A A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º.....

.....

XVIII - mitigar as emissões de gases causadores de efeito estufa e de poluentes nos setores de energia e de transportes, inclusive com o uso de biocombustíveis, de hidrogênio de baixa emissão de carbono e seus derivados e da captura e da estocagem geológica de dióxido de carbono;

.....

Art. 2º.....

.....

XVII - estabelecer diretrizes para o desenvolvimento da indústria do hidrogênio de baixa emissão de carbono;

.....

Art. 8º A ANP tem como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural, dos combustíveis sintéticos, dos biocombustíveis, do



hidrogênio de baixo carbono e da captura e da estocagem geológica de dióxido de carbono, no que lhe compete conforme a lei, cabendo-lhe:

.....

XVIII - especificar a qualidade dos derivados de petróleo, do gás natural e seus derivados, dos combustíveis sintéticos, dos biocombustíveis e do hidrogênio;

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Entre os meses de agosto e de outubro deste ano o Brasil produziu três importantes diplomas legais que serão fundamentais para o esforço nacional rumo à nova economia verde através da transição energética: i) a Lei 14.948, o Marco Legal do Hidrogênio; ii) a Lei 14.990, o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixo Carbono; e iii) a Lei 14.993, do Combustível do Futuro.

Como as três matérias tramitaram praticamente de forma simultânea no Congresso Nacional, infelizmente ocorreu um lapso na harmonização de alguns elementos pontuais dessas normas.

A presente emenda, portanto, altera trechos da Lei 9.478, que trata da Política Energética Nacional, para compatibilizar trechos do Marco Legal do Hidrogênio com o Combustível do Futuro em relação às competências do CNPE e da ANP para regular e dispor de normas e diretrizes para a indústria do hidrogênio de baixo carbono.

Com esses pequenos ajustes preservamos a vontade já manifesta pelo legislador e garantimos a máxima segurança jurídica para que a nascente indústria de hidrogênio de baixo carbono possa devidamente se instalar em nosso país.



Sala da comissão, de de .

Senador Veneziano Vital do Rêgo
(MDB - PB)

